



SUMÁRIO

- DECRETO Nº 2811, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DA VERSÃO COMPILADA DA LEI MUNICIPAL Nº 296/2004.
- DECRETO Nº 2812, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, QUE INSITUI O COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO-BA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- INTENÇÃO DE DISPENSA PA Nº 072/2022.
- EXTRATO DE RESUMO DE CONTRATOS.
- TERMO DE RETIFICAÇÃO PP Nº 032/2021.



Decreto



DECRETO Nº 2811, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

**DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DA
VERSÃO COMPILADA DA LEI
MUNICIPAL Nº 296/2004.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e em virtude do quanto disposto no artigo 6º da Lei Municipal nº. 623, de 16 de Fevereiro de 2022, publicada na edição de nº. 01173 do Diário Oficial do Município (DOM),

DECRETA:

Art. 1º - Fica ordenada a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) da versão compilada da Lei Municipal nº. 296, de 30 de março de 2004 (Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos efetivos da Prefeitura Municipal de João Dourado - Bahia, e dá outras providências), com as alterações promovidas pelos diplomas legais posteriores.

Art. 2º - A publicação da versão compilada da legislação prevista no artigo 1º visa apenas a facilitar o exame do conteúdo normativo atualmente em vigor, não tendo o condão de alterar a validade, vigência e eficácia das referidas normas legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

João Dourado – Bahia, em 17 de fevereiro de 2022.

DIAMERSON COSTA CARDOSO DOURADO
Prefeito do Município de João Dourado

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020



LEI N.º 296/2004 – DE 30 DE MARÇO DE 2004

“Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos efetivos da Prefeitura Municipal de João Dourado - Bahia, e dá outras providências”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.35, §1º, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal: Faço saber que a Câmara Legislativa Municipal aprova, e eu sanciono a seguinte Lei.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES**

Art. 1º - O Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Efetivos Municipais da Prefeitura de João Dourado/BA, tem como objetivo, a eficácia e a eficiência de uma evolução administrativa e a valorização de capacidade do Serviço Público correspondente a:

I - A adoção das bases iniciais para o merecimento ao ingresso de evolução na carreira profissional;

II - A adoção de normas pertinentes ao fluxo de valorização que permita a cada servidor, qualidade de desempenho;

**CAPÍTULO II
DO REGIME DE TRABALHO DO SERVIDOR**

Art. 2º - O Regime Jurídico Único dos Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal de João Dourado/BA, nos termos do Art. 15 da Lei Orgânica do Município é o **ESTATUTÁRIO**, vedada, qualquer outra vinculação de Trabalho.

§1º - O Regime Estatutário estabelece as relações jurídicas entre o Servidor Municipal e a Administração, com base nos princípios constitucionais pertinentes aos preceitos legais e regulamentares da Prefeitura Municipal de João Dourado/BA.

§2º - O **ESTATUTO** dos servidores públicos é a norma legal que estabelece as relações do servidor público com o município, definindo-lhe direitos, obrigações e responsabilidades.

**CAPÍTULO III
DAS DEFINIÇÕES FUNDAMENTAIS**

Art.3º - Para estrutura desta Lei consideram-se as seguintes definições:

I - **SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL** - Pessoa legalmente investida no cargo público da Administração Direta com normas estabelecidas no Artigo 2º, §2º desta Lei;

II - **CARGO PÚBLICO** - Titularidade e responsabilidade criada por Lei, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres da Prefeitura Municipal;

III - **CATEGORIA FUNCIONAL** - Agrupamentos de cargos relacionados perante o grau de conhecimento e habilidade exigida;



IV - **CLASSE** - Agrupamento de cargos da mesma profissão, e com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos, conforme os degraus de acesso na carreira;

V - **CARREIRA** - Agrupamento de classe da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo a hierarquia do serviço, para acesso privativo dos titulares dos cargos que a integram;

VI - **NÍVEL** - Posição hierarquizada dos cargos integrantes nas categorias funcionais, correspondendo ao escalonamento da estrutura da remuneração;

VII - **QUADRO** - Conjunto de carreira, cargos isolados e funções gratificadas;

VIII - **REFERÊNCIA** - Posição estabelecida para o ocupante do cargo dentro da respectiva classe de acordo com as normas de antiguidade e merecimento.

**CAPÍTULO IV
DO PLANO DE CARREIRA**

Art. 4º - A estrutura do Plano de Carreira dos Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal de João Dourado/BA, será composta de: [\(Redação dada pela Lei Municipal nº 434, de 2011\)](#)

I - ESTRUTURA DE CARGOS PERMANENTES

CARGOS DE NÍVEL ELEMENTAR

CARGO	QUANTIDADE	ESCOLARIDADE
GARI	80	ALFABETIZADO
AUXILIAR OPERACIONAL	230	ALFABETIZADO
COMPREENDE OS SUBITENS DO CARGO DE AUXILIAR OPERACIONAL		
VIGILANTE		
SERVENTE DE PEDREIRO		
JARDINEIRO		
COVEIRO		
COZINHEIRO HOSPITALAR		
COPEIRA HOSPITALAR		
LAVANDEIRA HOSPITALAR		
ZELADOR HOSPITALAR		
MARENDEIRA ESCOLAR		
ZELADOR ESCOLAR		
ZELADOR		
COPEIRA		

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 434, de 2011\)](#)

CARGO DE NÍVEL OPERACIONAL

CARGO	QUANTIDADE	ESCOLARIDADE
MECÂNICO	01	1º Grau Incompleto
MOTORISTA	13	1º Grau Incompleto
OPERADOR DE PÁ MECÂNICA	02	1º Grau Incompleto
PATROLEIRO	01	1º Grau Incompleto
TRATORISTA	02	1º Grau Incompleto
ELETRICISTA	03	1º Grau Incompleto
PEDREIRO	03	1º Grau Incompleto

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)



CARGOS DE NÍVEL DE 1º GRAU COMPLETO

CARGO	QUANTIDADE	ESCOLARIDADE
FISCAL DE LIMPEZA	04	1º Grau Completo
FISCAL DE OBRAS	04	1º Grau Completo
AGENTE DE PORTARIA	70	1º Grau Completo

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 556, de 2019\)](#)

CARGOS DE NÍVEL DE 2º GRAU COMPLETO

CARGO	QUANTIDADE	ESCOLARIDADE
ALMOXARIFE	05	2º Grau Completo
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	40	2º Grau Completo
ASSISTENTE FAZENDARIO	05	2º Grau Completo
RECEPCIONISTA	10	2º Grau Completo
TELEFONISTA	04	2º Grau Completo
ASSISTENTE DE DENTISTA	02	2º Grau Completo
ASSISTENTE DE FISIOTERAPIA	02	2º Grau Completo
ASSISTENTE DE LABORATÓRIO	02	2º Grau Completo
ASSISTENTE DE FARMACIA	02	2º Grau Completo
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	55	2º Grau Completo
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	20	2º Grau Completo

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 556, de 2019\)](#)

CARGOS DE NÍVEL DE 2º GRAU TÉCNICO

CARGO	QUANTIDADE	ESCOLARIDADE
TÉCNICO AGRÍCOLA	03	2º Grau com Curso em Técnico Agrícola
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	40	2º Grau com Curso Técnico em Enfermagem
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	02	2º Grau com Curso Técnico em Contabilidade
TÉCNICO OPERADOR EM RAO X	02	2º Grau com Experiência Mínima de 02(dois) anos
TÉCNICO OPERADOR EM ELETROCARDIOGRAMA	01	2º Grau com Experiência Mínima de 02(dois) anos

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	QUANTIDADE	ESCOLARIDADE
MEDICO	20	CURSO SUPERIOR COMPLETO EM AREA ESPECIFICA
PISICOLOGO	01	
ODONTOLOGO	05	
ASSISTENTE SOCIAL	02	
ENFERMEIRO	09	
FISIOTERAPEUTA	01	
FARMACEUTICO	01	
BIOQUIMICO/BIOMEDICO	01	
NUTRICIONISTA	01	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)



II - QUADRO DE CATEGORIAS FUNCIONAIS

CATEGORIA FUNCIONAL: AUXILIARES			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	ESCOLARIDADE
I-A	A	GARI	Alfabetizados
	B	AUXILIAR OPERACIONAL	Alfabetizados
		<ul style="list-style-type: none"> • VIGILANTE • SERVENTE DE PEDREIRO • JARDINEIRO • COVEIRO • COZINHEIRO HOSPITALAR • COPEIRA HOSPITALAR • LAVANDEIRA HOSPITALAR • ZELADOR HOSPITALAR • MERENDEIRA ESCOLAR • ZELADOR ESCOLAR • ZELADOR • COPEIRA 	
C			

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 434, de 2011\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: OPERACIONAL			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
I-B	A	MECÂNICO	1º Grau Incompleto
		MOTORISTA	1º Grau Incompleto
		OPERADOR DE PÁ MECÂNICA	1º Grau Incompleto
B	C	PATROLEIRO	1º Grau Incompleto
		TRATORISTA	1º Grau Incompleto
C	C	ELETRICISTA	1º Grau Incompleto
		PEDREIRO	1º Grau incompleto

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: AGENTES			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
II	A	FISCAL DE LIMPEZA	1º Grau Completo
	B	FISCAL DE OBRAS	1º Grau Completo
	C	AGENTE DE PORTARIA	1º Grau Completo

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 556, de 2019\)](#)



CATEGORIA FUNCIONAL: AGENTES COMUNITÁRIOS E AGENTES ENDÊMICOS			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
II-A	A	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	2º Grau Completo
	B	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	2º Grau Completo
	C		

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 556, de 2019\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: ASSISTENTES			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
III	A	ALMOXARIFE	2º Grau Completo
		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2º Grau Completo
		ASSISTENTE FAZENDARIO	2º Grau Completo
	B	TELEFONISTA	2º Grau Completo
		RECEPCIONISTA	2º Grau Completo
		ASSISTENTE DE DENTISTA	2º Grau Completo
		ASSISTENTE DE FISIOTERAPIA	2º Grau Completo
		ASSISTENTE DE LABORATÓRIO	2º Grau Completo
		C	

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICOS			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
V	A	TÉCNICO AGRÍCOLA	CURSO TÉCNICO COMPLETO
		TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
	B	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	
		TÉCNICO OPERADOR DE RAIOS X	
	C	TÉCNICO OPERADOR DE ELETROCARDIOGRAMA	

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)



CATEGORIA FUNCIONAL: NÍVEL SUPERIOR – MEDICO			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-A	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: SUPERIOR – PSICOLOGO			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-B	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: SUPERIOR – ODONTOLOGO			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-C	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: SUPERIOR – SERVIÇO SOCIAL			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-D	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)



CATEGORIA FUNCIONAL: SUPERIOR – ENFERMAGEM			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-E	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: SUPERIOR – FISIOTERAPIA			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-F	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: SUPERIOR – FARMÁCIA			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-G	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: SUPERIOR – NUTRIÇÃO			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-H	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)



CATEGORIA FUNCIONAL: SUPERIOR – BIOQUÍMICO/BIOMÉDICO			
NÍVEL	CLASSES	CARGOS PERMANENTES	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
VI-I	A	GRADUAÇÃO	CURSO SUPERIOR COMPLETO
	B	POS-GRADUAÇÃO	
	C	DOUTORADO	

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

III - QUADRO DE ESPECIFICAÇÃO DE CLASSE

CATEGORIA FUNCIONAL: AUXILIARES		
NÍVEL	CLASSES	REQUISITOS
I-A	A	Alfabetizado
	B	1º Grau Incompleto
	C	1º Grau Completo

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: OPERACIONAL		
NÍVEL	CLASSES	REQUISITOS
I-B	A	1º Grau Incompleto
	B	1º Grau Completo
	C	1º Grau Completo (carteira de habilitação classe “D” mais curso de aperfeiçoamento)

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: AGENTES		
NÍVEL	CLASSES	REQUISITOS
II	A	1º Grau Completo
	B	1º Grau Completo (acrescido de curso com carga horária de 30 horas)
	C	1º Grau Completo (acrescido de curso com carga horária superior a 40 horas)

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)



CATEGORIA FUNCIONAL: AGENTES COMUNITÁRIOS		
NÍVEL	CLASSES	REQUISITOS
II-A	A	Ensino médio
	B	Ensino Médio (acrescido de cursos da área cuja somatória de carga horária seja igual ou superior a 400 horas)
	C	Ensino Médio (acrescido de cursos da área cuja somatória de carga horária seja igual ou superior a 800 horas)

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 556, de 2019\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: AGENTES ENDÊMICOS		
NÍVEL	CLASSES	REQUISITOS
II-A	A	Ensino médio
	B	Ensino Médio (acrescido de cursos da área cuja somatória de carga horária seja igual ou superior a 80 horas)
	C	Ensino Médio (acrescido de cursos da área cuja somatória de carga horária seja igual ou superior a 240 horas)

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 556, de 2019\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: ASSISTENTES		
NÍVEL	CLASSES	REQUISITOS
III	A	2º Grau Completo
	B	2º Grau Completo (acrescido de curso com carga horária de 40 horas)
	C	2º Grau Completo (acrescido de curso com carga horária superior à 80 horas)

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICOS		
NÍVEL	CLASSES	REQUISITOS
V	A	Curso Técnico na área (com certificado de estágio)
	B	Curso Técnico na área (com certificado de estágio com carga horária de 120 horas)
	C	Curso Técnico na área com certificado de estágio (com carga horária superior à 160 horas)

[\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)



CATEGORIA FUNCIONAL: NIVEL SUPERIOR		
NIVEL	CLASSES	REQUISITOS
VI	A	GRADUAÇÃO
	B	POS-GRADUAÇÃO
	C	DOUTORADO

[\(Incluído pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

CAPÍTULO V DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 5º - O Provimento dos Cargos da Prefeitura Municipal de João Dourado/BA, serão de caráter temporário e permanente.

Art. 6º - O Provimento dos Cargos Temporário se fará através de nomeação, mediante livre escolha do Prefeito Municipal, devendo os seus titulares, ser pessoa de sua inteira confiança, e de comprovada experiência e aptidão para exercer os citados cargos, optando preferencialmente 50% desses cargos sejam ocupados por Servidores do Quadro de Pessoal do Município, com carreira técnica profissional, nos casos e condições previstas em Lei.

Art. 7º - Os Cargos de Provimento Permanente da Prefeitura Municipal de João Dourado/BA, são acessíveis aos brasileiros e equiparados mediante os pré-requisitos constantes das descrições de Cargos e aprovação em Concurso Público de provas e/ou de Provas e Títulos.

Art. 8º - A designação para o exercício da função de Confiança, preferencialmente será recaída aos titulares do 1º escalão dos órgãos da Administração Municipal, com análise do Prefeito Municipal aos requisitos de competência.

Parágrafo Único - O disposto neste Artigo exclui a Função de Confiança pertinente aos órgãos de saúde, cuja nomeação recairá preferencialmente para o profissional da respectiva área.

CAPÍTULO VI DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 9º - O Concurso Público Municipal é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da Lei, consoante determina o Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 10 - O enquadramento do servidor para o cargo definitivo a que pertence, será em virtude da sua aprovação por concurso público.

Art. 11 - O enquadramento do servidor a classe se dará mediante a referência inicial do novo cargo.

Art. 12 - A conclusão e homologação do concurso criarão aos candidatos aprovados, dentro do numero de vagas, a expectativa de serem convocados de acordo a classificação e a necessidade funcional apresentada desde que observado o limite legal previsto na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), dentro do prazo de validade do concurso publico. [\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)



Parágrafo Único – A nomeação a que se refere este Artigo, dentro das exigências previstas em Edital, será o de direito dos candidatos, até o limite previsto de vagas.

Art. 13 - Os demais candidatos aprovados, após o limite permitido pelo Edital, ficarão mantidos no cadastro de reserva de concursados.

Parágrafo Único - O banco de reserva de concursados terá validade idêntica ao do concurso público.

Art. 14 - O Concurso Público Municipal de João Dourado/BA, terá validade de até dois anos podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Art. 15 - As normas do Concurso Público, prazo de validade, número de vagas ao cargo fixado nesta Lei, os requisitos para a inscrição dos candidatos, o limite de idade mínima e as condições de sua realização serão fixadas em Edital.

CAPÍTULO VII DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art.16 – A estrutura funcional da Prefeitura Municipal de João Dourado / Ba., será regida nas formas de progressão **Vertical** e **Horizontal**.

§1º - A Progressão Funcional Vertical é a movimentação do servidor público de sua classe definida inicialmente para a outra seguinte, gradativamente pela sua melhor qualificação, dentro do mesmo cargo.

§2º - A Progressão Funcional Horizontal é a movimentação do Servidor Público de seu nível definido inicialmente para o outro seguinte, gradativamente observando-se os limites máximos de sua classe, critérios de antiguidade, avaliação de sua qualificação profissional e desempenho em sua função, segundo os critérios estabelecidos nesta Lei.

SEÇÃO I DA PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

Art.17 – O julgamento da Progressão Funcional Vertical deverá enquadrar-se aos seguintes requisitos e normas:

I – Ter concluído o respectivo curso exigido para a classe, constante no Art. 4º inciso III desta Lei.

II – Ter sido aprovado na avaliação de desempenho.

Art. 18 - O Poder Executivo dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, criará Comissão de Julgamento de Progressão do servidor da Prefeitura Municipal de João Dourado/BA.

§1º - A comissão será composta da seguinte forma:

I – 01 representante da Secretaria Municipal de Administração Geral;

II - 01 representante da Secretaria Municipal de Obras;

III - 01 membro Sindical da classe dos Servidores Municipais.

IV – 01 membro da Comissão de Obras e Serviços Públicos do Poder Legislativo Municipal.

V - 01 membro da Assessoria Jurídica do Município.



Art. 19 - A Comissão de Julgamento dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, criará regulamento e normas para julgamento do servidor municipal.

SEÇÃO II DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Art. 20 - O julgamento do servidor público municipal à Progressão Funcional Horizontal deverá enquadrar nos seguintes requisitos e normas:

I - Houver completado dois anos de efetivo exercício no nível correspondente à sua referência, após cumprimento do estágio probatório:

a) O tempo em que o servidor, se encontrar afastado, sem ônus, do exercício do cargo a que pertence por qualquer motivo, não será computado para efeito do que trata o Inciso I;

b) A contagem de pontos do tempo de serviço para o novo período será sempre iniciada a partir do dia seguinte à aquele em que o servidor municipal houver completado o período anterior;

c) Não se interromperá a contagem de pontos do tempo de serviço, quando o servidor cumprir interstício aquisitivo para o exercício de cargo ou função de confiança.

d) O processo de Avaliação de Progressão Funcional Horizontal, só será concebido quando houver avaliação formal da Comissão de Julgamento dos servidores municipais;

e) Não terá vantagem à Progressão Funcional Horizontal, o servidor municipal que houver sofrido no período a ser computado, pena disciplinar formal de suspensão ou destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por efeito de Inquérito Administrativo.

II - Ter obtido conceito favorável na avaliação de desempenho.

Art. 21 - A primeira concessão da progressão horizontal dar-se-á a partir da data de sua publicação.

SEÇÃO III DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Art. 22 - A avaliação do Desempenho Funcional do Servidor Municipal de João Dourado/BA é o instrumento utilizado para aferição do cumprimento de suas obrigações e os índices de evolução dos seus conhecimentos profissionais.

Art. 23 - No regulamento de avaliação de desempenho funcional, serão estabelecidas normas que atendam à natureza das atividades desempenhadas pelo servidor público municipal e condições em que sejam exercidas, mediante as seguintes características fundamentais:

I - Periodicidade;

II - Contribuição do servidor público municipal à realização dos propósitos da Prefeitura Municipal de João Dourado/ Ba, em conformidade com as leis vigentes;

III - Comportamento do servidor municipal, relacionado à sua disciplina e caráter profissional;



IV - Prévia análise dos requisitos de avaliação dos fatores fundamentais do servidor público municipal;

V – Capacidade do avaliador nomeado pela Comissão de Progressão Funcional Administrativa.

CAPÍTULO VIII DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 24 - Os Cargos em Comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, e serão exercidos preferencialmente, por Servidores ocupantes de cargos de carreira técnica e/ou profissional, nos casos e condições previstos em Lei de Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de João Dourado/BA.

Parágrafo Único - Os cargos em comissão serão agrupados em símbolos.

CAPÍTULO IX DOS CARGOS DE CONFIANÇA

Art. 24 - Os Cargos Público Municipal de Confiança, obedecerão as normas previstas na Lei de Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de João Dourado/Ba.

Parágrafo Único - Os Cargos de confiança serão agrupados em símbolos.

CAPÍTULO X DA ESCOLARIDADE

Art. 26 - O Servidor Público Municipal de João Dourado/Ba, que não possuir escolaridade para o exercício do seu cargo público, e já esteja no mesmo como efetivos até a data da publicação desta Lei, será enquadrado por decreto naquele ou em cargo correlativo, dispensado-se a escolaridade nas normas constantes no edital do Concurso.

Parágrafo Único - Quando se tratar de profissão regulamentada por Lei, não se aplica as normas deste Artigo aos níveis técnico de 2º grau e cursos suplementares aos níveis de 2º Grau.

Art. 27 - A comprovação de escolaridade, nos casos previstos no § 1º do artigo 26 desta Lei, poderá ser substituído pelo documento legal do registro profissional, devidamente expedido pelo órgão federal competente.

CAPÍTULO XI DO ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR

Art. 28 - O servidor público municipal terá o seu enquadramento na forma seguinte:

- I - Categoria Funcional;
- II - Nível;
- III - Classe Funcional;
- IV - Referências.

Art. 29 - O enquadramento do servidor nas categorias funcionais dos atuais cargos transformados ou transportados, será efetuado de acordo com sua habilitação legal e seu nível de escolaridade exigido nesta Lei.

Parágrafo Único - O enquadramento a que se refere este artigo abrangerá as áreas de Auxiliar, Agente, Assistente e Técnico.



Art. 30 - O enquadramento constante no atual escalonamento de classe do servidor público municipal dependerá de comprovação de escolaridade e aperfeiçoamento adquirido em cursos de treinamento.

Parágrafo Único - Os fatores a que se refere o Artigo anterior obedecerá aos seguintes critérios:

I - O cumprimento integral da carga horária indicada nos requisitos da respectiva classe, será acrescida de comprovação do aproveitamento em curso ministrado por entidade pública e/ou privada.

II - Houver completado 02 (dois) anos de efetivo exercício na referida classe.

Art. 31 - O enquadramento nas Referências será atribuída mediante a verificação do tempo de serviço integral prestado pelo servidor, observando-se o período de 02 (dois) anos para cada referência.

Art. 32 - As dúvidas e os casos omissos por ventura observados nas efetivações dos enquadramentos dos servidores públicos municipal de João Dourado/Ba, serão decididos pelo Gestor Público Municipal, ouvida a comissão de enquadramento.

Art. 33 - Após nomeação e enquadramento no seu respectivo cargo, o servidor se submete ao estágio probatório durante o qual exercitará sua capacidade, desempenho, probidade e dedicação ao serviço público, ficando sujeito à dispensa se comprovado, administrativamente, sua inadequação.

§1º - O estágio probatório tem a duração de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data do enquadramento.

§2º - Comprovado durante o estágio probatório a inadequação do servidor para o serviço público, observados os pressupostos de legitimação efetiva previstos nesta Lei, estará o mesmo passivo de dispensa mediante inquérito administrativo provocado pelo Secretário Municipal de Administração Geral.

§3º - O levantamento dos elementos documentais necessários à apuração dos fatos que comprovem a inadequação do servidor público municipal enquadrado às tarefas que vinha exercendo, será definido pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

CAPÍTULO XII DOS VENCIMENTOS

Art. 34 - Os servidores públicos municipais, terão isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou assemelhadas dentre os poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho.

Art. 35 - Aplicam-se aos servidores da Prefeitura Municipal de João Dourado/Ba, os direitos seguintes:

I - Salário Base não inferior ao Salário Mínimo fixado em Lei Federal;

II - Irredutibilidade de Salário Base, salvo em convenção ou acordo coletivo;

III - Décimo Terceiro Salário com base na remuneração integral;

IV - Salário Família para os seus dependentes;

V - Duração de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais;



VI - Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VII - Remuneração do Serviço extraordinário, no mínimo em 50% (cinquenta por cento) a do normal;

VIII - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescido de um terço a mais que o salário normal;

IX - Licença à gestante, remunerada de cento e vinte dias, nos termos da lei.

X - Licença à paternidade, nos termos da lei;

XI - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da Lei;

XII - Proibição de diferenças de salários, de exercícios de funções e de critério de admissões por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XIII - Seguro contra acidente de trabalho, nos termos da Lei.

XIV - Licença Prêmio.

Parágrafo Único. É assegurado ao funcionário público municipal o direito a licença para desempenho de mandato de dirigente sindical em confederação, associação de classe de âmbito nacional ou Sindicato representativo de categoria de âmbito municipal, sem prejuízo de seus vencimentos básicos e vantagens adquiridas.

Art. 36 - O Servidor Público Municipal de João Dourado/BA, terá como Salário Base inicial, seus proventos, conforme Grupo Ocupacional, Nível, Classe, Referências e Símbolos abaixo: [\(Redação dada pela Lei Municipal nº 341, de 2007\)](#)

I

GRUPOS OCUPACIONAIS
GRUPO OCUPACIONAL AUXILIAR
GRUPO OCUPACIONAL DE OPERAÇÃO
GRUPO OCUPACIONAL AGENTE
GRUPO OCUPACIONAL ASSISTENTE
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO
GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR

II

NÍVEIS
NÍVEL - I
NÍVEL - IA
NÍVEL - IB
NÍVEL - II
NÍVEL - III
NÍVEL - IV
NÍVEL - V
NÍVEL - VI-A
NÍVEL - VI-B
NÍVEL - VI-C
NÍVEL - VI-D



NÍVEL – VI-E
NÍVEL – VI-F
NÍVEL – VI-G
NÍVEL – VI-H
NÍVEL – VI-I

III

CLASSES
A
B
C

IV

REFERÊNCIAS
I
II
III
IV

V

SÍMBOLOS
FG-I
FG-II
FG-III
FG-IV
FG-V

Art. 37 - O Servidor Público Municipal de João Dourado/BA, equiparado nas funções gratificadas, conforme símbolo especificado no item V do artigo anterior, terá acrescido percentagem sobre o salário base da seguinte forma:

SÍMBOLO	PERCENTAGEM
FG – I	30% SOBRE O SALÁRIO BASE
FG – II	25% SOBRE O SALÁRIO BASE
FG – III	20% SOBRE O SALÁRIO BASE
FG – IV	15% SOBRE O SALÁRIO BASE
FG – V	10% SOBRE O SALÁRIO BASE

Art. 38 - O salário base disposto no artigo 36 inciso I desta Lei, são despesas decorrentes das verbas próprias, e conforme a Lei Orgânica do Município de João Dourado/Ba.

Art. 39 - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos da Prefeitura de João Dourado/Ba, sem distinção de grupo, far-se-á anualmente no dia 01 de abril.

§1º - O Gestor Público Municipal, poderá prever a revisão a que se refere o “caput” deste artigo, conforme verbas próprias, de acordo a Lei Orgânica Municipal de João Dourado/Ba.

Art. 40 - Os acréscimos pecuniários percebidos pelo Servidor Público Municipal de João Dourado/Ba, não serão computados nos acumulados para fins de concessão de



acréscimo sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 41 - O Servidor Público Municipal de João Dourado/Ba, conforme o artigo 36º a partir da publicação desta Lei perceberá os vencimentos de acordo tabela do Anexo I, observando-se que os servidores do NIVEL VI-A POR PLANTÃO DE 24 HS, terão os seus vencimentos mensais correspondente ao numero de plantões multiplicado pelo valor de referência por plantão, o salário base será referenciado por 4 plantões ao mês, os plantões a mais serão considerados extraordinários, e os plantões realizados em fins de semana e feriados serão acrescidos em 15%. ([Redação dada pela Lei Municipal nº 499, de 2016](#))

Art. 42 - As normas de cálculo e percentagem constantes no artigo anterior prevalecerá da seguinte forma:

I - SALÁRIO BASE - É a definição inicial agrupado a classe "A" e as demais classes conforme expressão:

A) EXPRESSÃO

CLASSE A =	SALÁRIO BASE
CLASSE B =	SALÁRIO BASE + 10%
CLASSE C =	SALÁRIO BASE + 20%

II - REFERÊNCIA - É a definição correspondente ao escalonamento progressivo da classe ao seu grupo, e prevalecerá conforme expressão abaixo:

A) EXPRESSÃO

REFERÊNCIA I =	SALÁRIO BASE DA CLASSE + 2%
REFERÊNCIA II =	SALÁRIO BASE DA CLASSE + 4%
REFERÊNCIA III =	SALÁRIO BASE DA CLASSE + 6%
REFERÊNCIA IV =	SALÁRIO BASE DA CLASSE + 8%

Art. 43 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO - BAHIA, em 30 de março de 2004.

JOÃO CARDOSO DOURADO
Prefeito Municipal



ANEXO I

(Incluído pela Lei Municipal nº 499, de 2016)
(Redação atual dada pela Lei Municipal nº 623, de 2022)

NÍVEL - IA		GRUPO OCUPACIONAL AUXILIAR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$1.105,25	I	R\$1.127,35	II	R\$1.149,46	III	R\$1.171,56	IV	R\$1.193,67
B	R\$1.215,77	I	R\$1.240,09	II	R\$1.264,40	III	R\$1.288,72	IV	R\$1.313,03
C	R\$1.326,29	I	R\$1.352,82	II	R\$1.379,35	III	R\$1.405,87	IV	R\$1.432,40

NÍVEL - IB		GRUPO OCUPACIONAL AUXILIAR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$1.324,81	I	R\$1.351,31	II	R\$1.377,80	III	R\$1.404,30	IV	R\$1.430,80
B	R\$1.457,29	I	R\$1.486,44	II	R\$1.515,58	III	R\$1.544,73	IV	R\$1.573,88
C	R\$1.589,77	I	R\$1.621,57	II	R\$1.653,36	III	R\$1.685,16	IV	R\$1.716,96

NÍVEL - II		GRUPO OCUPACIONAL AGENTES							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$1.105,25	I	R\$1.127,35	II	R\$1.149,46	III	R\$1.171,56	IV	R\$1.193,67
B	R\$1.215,77	I	R\$1.240,09	II	R\$1.264,40	III	R\$1.288,72	IV	R\$1.313,03
C	R\$1.326,29	I	R\$1.352,82	II	R\$1.379,35	III	R\$1.405,87	IV	R\$1.432,40

NÍVEL - II - A		GRUPO OCUPACIONAL AGENTES COMUNITÁRIOS E ENDÊMICOS							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$1.550,00	I	R\$1.581,00	II	R\$1.612,00	III	R\$1.643,00	IV	R\$1.674,00
B	R\$1.705,00	I	R\$1.739,10	II	R\$1.773,20	III	R\$1.807,30	IV	R\$1.841,40
C	R\$1.860,00	I	R\$1.897,20	II	R\$1.934,40	III	R\$1.971,60	IV	R\$2.008,80

(Redação dada pela Lei Municipal nº 556, de 2019)

NÍVEL - III		GRUPO OCUPACIONAL ASSISTENTE							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$1.132,87	I	R\$1.155,53	II	R\$1.178,19	III	R\$1.200,84	IV	R\$1.223,50
B	R\$1.246,16	I	R\$1.271,08	II	R\$1.296,01	III	R\$1.320,93	IV	R\$1.345,85
C	R\$1.359,45	I	R\$1.386,64	II	R\$1.413,82	III	R\$1.441,01	IV	R\$1.468,20

NÍVEL - V		GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$1.324,81	I	R\$1.351,31	II	R\$1.377,80	III	R\$1.404,30	IV	R\$1.430,80
B	R\$1.457,29	I	R\$1.486,44	II	R\$1.515,58	III	R\$1.544,73	IV	R\$1.573,88
C	R\$1.589,77	I	R\$1.621,57	II	R\$1.653,36	III	R\$1.685,16	IV	R\$1.716,96



NÍVEL - VI - A		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
POR PLANTÃO DE 24h		REFERÊNCIAS							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$								
A	R\$2.798,40	I	R\$2.854,37	II	R\$2.910,34	III	R\$2.966,31	IV	R\$3.022,27
B	R\$3.078,24	I	R\$3.139,81	II	R\$3.201,37	III	R\$3.262,94	IV	R\$3.324,50
C	R\$3.358,08	I	R\$3.425,24	II	R\$3.492,41	III	R\$3.559,57	IV	R\$3.626,73

NÍVEL - VI A 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$5.053,52	I	R\$5.154,59	II	R\$5.255,66	III	R\$5.356,73	IV	R\$5.457,80
B	R\$5.558,87	I	R\$5.670,05	II	R\$5.781,23	III	R\$5.892,41	IV	R\$6.003,58
C	R\$6.064,23	I	R\$6.185,51	II	R\$6.306,80	III	R\$6.428,08	IV	R\$6.549,36

NÍVEL - VI B 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$2.858,59	I	R\$2.915,76	II	R\$2.972,93	III	R\$3.030,10	IV	R\$3.087,27
B	R\$3.144,45	I	R\$3.207,34	II	R\$3.270,22	III	R\$3.333,11	IV	R\$3.396,00
C	R\$3.430,31	I	R\$3.498,91	II	R\$3.567,52	III	R\$3.636,12	IV	R\$3.704,73

NÍVEL - VI C 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$2.858,59	I	R\$2.915,76	II	R\$2.972,93	III	R\$3.030,10	IV	R\$3.087,27
B	R\$3.144,45	I	R\$3.207,34	II	R\$3.270,22	III	R\$3.333,11	IV	R\$3.396,00
C	R\$3.430,31	I	R\$3.498,91	II	R\$3.567,52	III	R\$3.636,12	IV	R\$3.704,73

NÍVEL - VI D 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$2.858,59	I	R\$2.915,76	II	R\$2.972,93	III	R\$3.030,10	IV	R\$3.087,27
B	R\$3.144,45	I	R\$3.207,34	II	R\$3.270,22	III	R\$3.333,11	IV	R\$3.396,00
C	R\$3.430,31	I	R\$3.498,91	II	R\$3.567,52	III	R\$3.636,12	IV	R\$3.704,73

NÍVEL - VI E 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$3.296,07	I	R\$3.362,00	II	R\$3.427,92	III	R\$3.493,84	IV	R\$3.559,76
B	R\$3.625,68	I	R\$3.698,20	II	R\$3.770,71	III	R\$3.843,22	IV	R\$3.915,74
C	R\$3.955,29	I	R\$4.034,40	II	R\$4.113,50	III	R\$4.192,61	IV	R\$4.271,71



NÍVEL - VI F 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$2.858,59	I	R\$2.915,76	II	R\$2.972,93	III	R\$3.030,10	IV	R\$3.087,27
B	R\$3.144,45	I	R\$3.207,34	II	R\$3.270,22	III	R\$3.333,11	IV	R\$3.396,00
C	R\$3.430,31	I	R\$3.498,91	II	R\$3.567,52	III	R\$3.636,12	IV	R\$3.704,73

NÍVEL - VI G 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$2.858,59	I	R\$2.915,76	II	R\$2.972,93	III	R\$3.030,10	IV	R\$3.087,27
B	R\$3.144,45	I	R\$3.207,34	II	R\$3.270,22	III	R\$3.333,11	IV	R\$3.396,00
C	R\$3.430,31	I	R\$3.498,91	II	R\$3.567,52	III	R\$3.636,12	IV	R\$3.704,73

NÍVEL - VI H 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$2.858,59	I	R\$2.915,76	II	R\$2.972,93	III	R\$3.030,10	IV	R\$3.087,27
B	R\$3.144,45	I	R\$3.207,34	II	R\$3.270,22	III	R\$3.333,11	IV	R\$3.396,00
C	R\$3.430,31	I	R\$3.498,91	II	R\$3.567,52	III	R\$3.636,12	IV	R\$3.704,73

NÍVEL - VI I 20h		GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR							
CLASSE	SALÁRIO BASE R\$	REFERÊNCIAS							
A	R\$2.858,59	I	R\$2.915,76	II	R\$2.972,93	III	R\$3.030,10	IV	R\$3.087,27
B	R\$3.144,45	I	R\$3.207,34	II	R\$3.270,22	III	R\$3.333,11	IV	R\$3.396,00
C	R\$3.430,31	I	R\$3.498,91	II	R\$3.567,52	III	R\$3.636,12	IV	R\$3.704,73



Decreto



DECRETO Nº 2812, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

INSITUI O COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO-BA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 92, III, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO A Portaria N.º 66, De 31 De Março De 2017, do Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e a Instrução Normativa N.º 05, De 24 De Junho De 2019, Da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, tendo como objetivos contribuir com o aumento da maturidade de gestão e governança no âmbito dos órgãos que operam recursos oriundos de transferências da união, visando aprimorar a efetividade na entrega de valor público à sociedade brasileira.

Decreta:

Capítulo I - Da Instituição do Comitê De Governança e Gestão

Art. 1º Fica Instituído o comitê de governança e gestão do poder executivo do município de João Dourado-BA instância colegiada de natureza consultiva, com o objetivo de apoiar e contribuir para a implementação e o contínuo desenvolvimento de diretrizes estratégicas e boas práticas de governança, com base na legislação vigente.

Parágrafo Único. O comitê de governança e gestão do poder executivo do município de João Dourado - BA CGG/PMN - atuará em temas de governança pública e na implementação do modelo de excelência em gestão em

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020



transferências da união - MEG-tr, bem como dentre outros temas eventualmente atribuídos pelo chefe do poder executivo municipal.

Capítulo II - Das Definições

Art. 2º Para Fins Deste Decreto Considera-Se:

I - Governança Pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II - Modelo De Excelência Em Gestão: metodologia para a avaliação do nível de maturidade da gestão da organização;

III - Agente de Governança e Gestão - AGG: servidor designado formalmente para atuar em sua unidade, nos termos deste decreto e demais expedientes administrativos vindouros, dedicado à condução das políticas, orientações e diretrizes estabelecidas pelo CGG-PMN.

Capítulo III - Da Composição Do Comitê De Governança E Gestão

Art. 3º O comitê de governança e gestão será coordenado pelo gerente de planejamento e gestão pública, e será composto pelos agentes de governança e gestão, que compreendem os servidores a serem designados pelas respectivas pastas:

I – Secretário De Obras;

II – Secretário De Transportes;

III – Secretário De Saúde;

IV – Secretário De Administração;

V – Secretário De Assistência Social;

VI – Controladoria;

VII – Secretário De Finanças;

VIII – Secretário De Educação;

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020



VIII – Secretário De Agricultura e Meio Ambiente;

IX – Procuradoria Geral Do Município.

§ 1º Nas ausências do servidor designado para coordenar o comitê de governança e gestão - cgg/pm - este será coordenado por membro por ele designado.

§ 2º Poderão ser convidados a participar de reuniões do comitê de governança e gestão - cgg/pm - representantes designados das pastas da administração direta e indireta, bem como especialistas nos temas de interesse.

Capítulo IV - Das Competências do Comitê de Gestão e Governança

Art. 4º Compete ao comitê de governança e gestão - CGG/PMN:

I – Assessorar O Prefeito Municipal e os dirigentes municipais na condução da política de governança;

II – Propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;

III – Propor normativos e manuais com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública;

IV – Analisar e propor medidas para garantia da coerência das práticas de gestão às políticas públicas;

V – Incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública municipal;

VI – Acompanhar a evolução da aplicação de suas recomendações e das iniciativas de aprimoramento da governança.

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020



Parágrafo único. O comitê de governança e gestão - cgg/pmn - elaborará memórias das reuniões com a pauta a ser abordada e os itens discutidos.

Art. 5º as unidades deverão designar responsáveis pela condução dos processos e das funções relacionadas aos objetivos da governança e da integridade corporativas e priorizar as atividades e demandas deste comitê e a produção de informações consolidadas e estatísticas que alimentarão a base de dados para o aperfeiçoamento reiterado da gestão estratégica.

Capítulo V - Disposições Finais

Art. 6º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste decreto serão dirimidos pela gerência planejamento e gestão pública, ouvida a procuradoria geral do município, no âmbito de sua competência.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Dourado - Ba, 18 de fevereiro de 2022.


DIAMERSON COSTA CARDOSO DOURADO
Prefeito Municipal

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020



Dispensa



INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2022

Processo Administrativo nº 072/2022 – O Município de João Dourado, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, nos termos do §3º do art. 75 da Lei de Licitações de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem intenção em realizar procedimento administrativo cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de ar condicionado para atender as demandas do hospital municipal de João Dourado/Ba. de João Dourado/BA. Diante disso, convocamos eventuais interessados para que no prazo de 03 (três) dias úteis a contar dessa publicação, encaminhe manifestação de interesse e orçamentos conforme modelo disponível em <http://www.joaodourado.ba.gov.br/licitacoes>. Tal proposta deverá ser encaminhada para o e-mail: licitacao@joaodourado.ba.gov.br.

João Dourado, 18 de fevereiro de 2022.

Diego Cardoso Dourado
Secretário Municipal de Administração



Pregão Presencial



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2021/SRP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES E SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM E REFORMA DE PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO/BA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

Pelo presente termo retificam-se as citações erradas ao número e objeto do processo promovido pelo Município de João Dourado, por se tratar de mero erro material.

onde **Lê-se:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	V.U	V.T
2	PNEU - CONSTRUÇÃO RADIAL, NORMAL, DIMENSÕES 1000RX20 COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA, COM CERTIFICADO INMETRO. L2	UND	50	FORMULA	R\$ 22.446,40	R\$ 122.320,00

Leia-se:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	V.U	V.T
2	PNEU - CONSTRUÇÃO RADIAL, NORMAL, DIMENSÕES 1000RX20 COM 16 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA, COM CERTIFICADO INMETRO. L2	UND	50	FORMULA	R\$ 2.446,40	R\$ 122.320,00

João Dourado-BA, 17 de fevereiro de 2022.

DIAMERSON COSTA CARDOSO DOURADO
Prefeito Municipal

Página 1 de 1

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020



Contrato



EXTRATO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO – BAHIA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E RESUMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-01. Contratada: AVL SERVICOS MEDICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.607.139/0001-08. Valor global: R\$159.529,68 (cento e cinquenta e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 02/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-02. Contratada: BEATRIZ COSTA CARDOSO DOURADO CAVALCANTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 44.071.544/0001-10. Valor global: R\$ 172.023,00 (cento e setenta e dois mil e vinte e três reais). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 02/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-03. Contratada: C WALERY TORRES DE OLIVEIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 36.632.483/0001-94. Valor global: R\$ 172.023,00 (cento e setenta e dois mil e vinte e três reais). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 02/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-04. Contratada: J. DOURADO PIRES BASTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.801.585/0001-14. Valor global: R\$ 147.997,44 (cento e quarenta e sete mil novecentos e noventa e sete reais e quatro centavos). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 02/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-05. Contratada: ANTONIO CARLOS BATISTA DOURADO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.356.569/0001-18. Valor global: R\$175.867,08 (cento e setenta e cinco mil oitocentos e sessenta e sete reais e oito centavos). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 02/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-06. Contratada: DR. WASHINGTON ALVES DE SOUZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.422.453/0001-44. Valor global: R\$175.867,08 (cento e setenta e cinco mil oitocentos e sessenta e sete reais e oito centavos). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 02/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-07. Contratada: CLINICA DE TODOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.749.734/0001-82. Valor global: R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais). Ratificado em: 01/02/22. Data de

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020



assinatura de contrato: 14/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-08. Contratada: JAMILE SOUZA LESSA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 38.457.237/0001-79. Valor global: R\$ 172.023,00 (cento e setenta e dois mil e vinte e três reais). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 04/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-09. Contratada: QUEIROZ CARVALHO SERVICOS MEDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 16.558.854/0001-28. Valor global: R\$72.00,00 (setenta e dois mil reais). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 04/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-10. Contratada: CARDOSO SAUDE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 27.826.202/0001-43. Valor global: R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 04/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-11. Contratada: CLINICA CARDOSO SAUDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 17.347.304/0001-22. Valor global: R\$226.100,00 (duzentos e vinte e seis e cem reais). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 04/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) DE NÚMERO 008/2021. Contrato IL035/22-12. Contratada: LUIZ ALBERTO BARBOZA DE SOUZA JUNIOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 25.125.374/0001-64. Valor global: R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). Ratificado em: 01/02/22. Data de assinatura de contrato: 04/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 74, IV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADOS COM A INTENÇÃO DE POSSIBILITAR OPORTUNIDADES DE APERFEIÇOAMENTO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR. Contrato DL079/22-01. Contratada: INSTITUTO EUVALDO LODI- NUCLEO REGIONAL DA BAHIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 15.244.114/0001-54. Valor global: R\$17.640,00 (dezessete mil seiscentos e quarenta reais). Ratificado em: 07/02/22. Data de assinatura de contrato: 07/02/22. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Fundamento legal: Art. 75, XV - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE OFICIAL DE ENSINO PÚBLICO (COM MONITORES) PARA ATENDER A DEMANDA EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO/BA. Contrato DL089/22-01. Contratada: LMS EMPREENDIMENTOS EIRELI, registrada no CNPJ/MF sob o número 25.530.385/0001-20. Valor global: R\$80.940,90 (oitenta mil, novecentos e quarenta reais e noventa centavos). Ratificado em: 14/02/22. Data de assinatura de contrato: 14/02/22. Vigência: até 31/12/2022.

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020



Fundamento legal: Art. 75, VIII - Lei 14.133/2021. Assinado por: Diamerson Costa Cardoso Dourado – Prefeito Municipal.

João Dourado, 18 de fevereiro de 2022.

Diego Cardoso Dourado
Secretário Municipal de Administração

ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de João Dourado - CNPJ: 13.891.510/0001-48
CEP: 44920-000 Rua Dr. Mário Dourado, 16, 1º Andar - Centro. Tel.: 74 | 3668-1020